

## Consulta Pública

### “Apreciação prévia de sujeição a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental da Sondagem de Prospeção e Pesquisa na Área de Concessão Batalha”

#### Enquadramento

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável tem considerado errada a decisão de atribuir e manter concessões para a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção *onshore* e *offshore* de hidrocarbonetos em Portugal, uma posição já manifestada em consultas públicas anteriores (como a consulta pública relativa ao procedimento de AIA para o furo de prospeção, em águas profundas, a cerca de 45 km ao largo de Aljezur). Esta decisão contraria a resolução anunciada pelo Primeiro-Ministro, António Costa, na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP22), em Marraquexe, em novembro de 2016, de fazer evoluir a economia nacional para um modelo neutro em carbono até 2050.

Em 2015, o Estado Português firmou um contrato para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos com a empresa Australis Oil & Gas Portugal que abrange duas concessões *onshore*, na Bacia Lusitânica, denominadas “Batalha” e “Pombal” cobrindo uma área de aproximadamente 2,500 km<sup>2</sup>. A Australis prevê iniciar, em 2019, uma sondagem de prospeção e pesquisa por métodos convencionais na freguesia de Aljubarrota, concelho de Alcobaça, distrito de Leiria.

É de salientar que os cidadãos portugueses já se manifestaram, de forma clara e veemente, contra esta opção energética. No Verão de 2016, em sede de consulta pública, mais de 42 mil cidadãos manifestaram-se contra (apenas 4 pessoas a favor) a concessão da ENI/Galp para perfurar o fundo oceânico ao largo de Aljezur. Apesar disso, e apesar de, igualmente, todos os municípios do Algarve e Sudoeste Alentejano terem recusado, em Assembleias Municipais, esta concessão, o Governo renovou a autorização para a referida exploração. Em Loulé, em 22 de fevereiro último, esta mesma posição foi subscrita por várias inúmeras organizações da sociedade civil, bem como por todas as associações empresariais do Algarve, pela Região de Turismo, por académicos e personalidades de vários quadrantes e pela maioria dos presidentes de câmara do Algarve e do Sudoeste Alentejano. Também na zona de Alcobaça, onde se prevê realizar este furo, as populações têm manifestado oposição a este tipo de projetos.

Em defesa do interesse dos cidadãos e do país, a ZERO considera que o Governo não pode atribuir o licenciamento ambiental para a empresa Australis iniciar trabalhos de sondagem em 2019, na freguesia de Aljubarrota, concelho de Alcobaça.

A possibilidade de exploração futura de hidrocarbonetos - o que significa termos um poço de prospeção de gás natural em terra - comprometeria irremediavelmente a imagem internacional de uma região de grande riqueza ambiental e ecológica caracterizada pelo turismo, colocando em causa as suas principais atividades económicas, nomeadamente o turismo, entre outras - o que alteraria todo o seu paradigma de desenvolvimento.

Para além da opção energética, enquanto modelo de desenvolvimento, as contrapartidas económicas da concessão não são um bom negócio para o país porque reduzidas, sendo repatriado a maior parte do capital investido. São também conhecidos os riscos deste

tipo de projetos para as populações (em particular para os grupos sociais mais frágeis) cujos principais beneficiários são precisamente os seus promotores. Os riscos reais suplantam, pois, amplamente, as vantagens potenciais para a economia nacional.

Estamos num país consumido por incêndios, causados em parte pelos efeitos do aquecimento global descontrolado, com uma zona costeira ameaçada pela subida do nível do mar, assolado cada vez mais pela seca e outros fenómenos meteorológicos extremos.

Não faz sentido, após os compromissos solenes por parte do atual Governo de redução das importações de petróleo e gás, começar novas explorações em território nacional (em terra ou no mar), quando nos comprometemos internacionalmente, no quadro do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, a manter o aumento do aquecimento global em 1,5°C, com um corte radical de emissões até 2050 que tem de começar desde já.

A prospecção e eventual exploração de combustíveis fósseis no nosso território contraria, pois, os compromissos internacionais assumidos pelo país. Insistir nessa possibilidade seria prolongar uma opção esgotada de modelo energético que urge ultrapassar. Por outro lado, acreditamos que é imperativo investir em fontes de energia renovável que garantam a independência energética e o futuro do país. Este caminho é mais do que uma possibilidade, é já uma realidade visível quando Portugal acaba precisamente de demonstrar a viabilidade deste modelo ao produzir mais eletricidade a partir de fontes renováveis do que aquela que consumiu durante o último mês de março de 2018.

### **Justificação técnica de aspetos que merecem procedimento formal de avaliação de impacto ambiental**

Um dos aspetos mais críticos prende-se com a análise de risco de acidente e respetivas consequências, bem como um elevado detalhe das medidas de contingência no quadro do acompanhamento e monitorização no decurso do furo de prospecção que consideramos necessário realizar previamente para este tipo de atividade.

Outro aspeto que nos parece relevante salientar é a ausência de alternativas de localização da sondagem, tendo sido apenas definida uma zona de interesse numa área de 4 km. A escolha e análise detalhada de alternativas de localização é remetida para uma fase posterior.

A ZERO também questiona se a tecnologia utilizada para realizar a sondagem pode ser apresentada como “método convencional”, uma vez que se trata de gás de xisto. Segundo informação disponível no documento, o furo de prospecção será de 3200 metros na vertical e entre 300 e 700 metros na horizontal.

O elevado consumo de água (estimado entre 4 000 a 6 000 m<sup>3</sup> para todas as fases do projeto) e a adição de químicos são outros aspetos ambientais que levantam suspeitas sobre se este método será convencional ou não. Não é referido como será acautelado o seu tratamento e a prevenção de fugas.

Outro aspeto que nos mereceu atenção é o facto da área de interesse para a realização desta sondagem localizar-se na envoltura de zonas sensíveis para a conservação, como zonas críticas do ponto de vista da proteção da floresta contra incêndios, áreas protegidas (Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros) e Sítio da Lista Nacional - Diretiva Habitats (Serras de Aire e Candeeiros). Na envolvente existem também áreas de Regime Florestal (Perímetro florestal das Serras de Aire e Candeeiros). Este facto evidencia que poderão existir impactos significativos que devem ser considerados ao nível da biodiversidade (fauna e flora) durante os trabalhos de preparação dos terrenos, e mesmo durante a prospecção.

O documento apresentado não contém informação atualizada quanto à afetação das condicionantes REN e RAN, uma vez que a revisão do PDM de Alcobaça ainda não foi aprovada à data do documento (processo de revisão iniciou-se em 2002) e não está ainda disponível ao público. Não é possível conceber que a instalação de uma plataforma de perfuração para prospecção de hidrocarbonetos possa avançar sem acautelar que esta verificação possa ser assegurada junto da Câmara Municipal de Alcobaça.

Outro aspeto que nos merece referência é a vulnerabilidade ao nível da hidrologia, referida no documento em consulta pública, que aponta para uma elevada possibilidade de contaminação dos recursos hídricos superficiais devido a elevada densidade de pequenos cursos de água da área em estudo, bem como a eventual contaminação de solos e águas subterrâneas, em caso de uma eventual fuga, o que configura uma situação ainda mais grave, tendo em conta estarmos perante um sistema aquífero poroso, com elevada permeabilidade e abrangendo uma área de 320 km<sup>2</sup>.

### **Conclusão**

O espírito e propósito da Lei nº 37/2017, de 2 de junho, aprovada pela Assembleia da República, foi efetivamente promover um processo formal de avaliação de impacte ambiental na fase de pesquisa das operações de prospecção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos. Neste contexto, face às questões técnicas identificadas e mencionadas anteriormente, nomeadamente associadas ao risco da operação, considera-se que deverá ter lugar um processo formal de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto “Sondagem de Prospecção e Pesquisa de Hidrocarbonetos por métodos convencionais na Área de Concessão Batalha”.

*9 de maio de 2018*

*A Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável*